



RELATÓRIO E CONTAS

2022



Relatório e Contas 2022

Conteúdo

Nota Introdutória	3
1.Desempenho da Instituição do ponto de vista económico – financeiro	5
2.Análise comparativa da estrutura de gastos e rendimentos	7
3.Análise da Execução Orçamental do Exercício de 2022	8
a. O RESULTADO DO EXERCÍCIO/ PROPOSTA DE APLICAÇÃO.....	8
b. DÍVIDAS À AT E SEGURANÇA SOCIAL	8
4.Balanço	9
5.Demonstração dos Resultados por Natureza	10
6.Fluxos de Caixa	11
7.Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais	12
Anexo	13
8.Contabilização dos subsídios do Governo e divulgação de apoios do Governo	27
9.Acontecimentos após a data do Balanço	28
10.Impostos sobre o rendimento	29
11.Instrumentos Financeiros	29
12. Outras informações	32
13. Garantias	35
14. Divulgações exigidas por diplomas legais	36
15. Data de autorização para emissão das Demonstrações Financeiras	36
16. Outras divulgações	36

Anexos

- Relatório do Conselho Fiscal – Ata nº 28 de 21 de julho de 2023
- Certificação Legal das Contas

NOTA INTRODUTÓRIA

Caros associados,

No cumprimento dos estatutos, vem a Direção apresentar os Relatórios de Atividades e as Demonstrações Financeiras relativas ao ano de 2022.

Este documento, aqui consolidado, visa esclarecer os associados e interessados em geral, sobre o desempenho e posição económico-financeira da Instituição.

Foi já objeto de apreciação e aprovação por parte do Órgão de Direção, e sobre ele foram já solicitados os pareceres quer do Conselho Fiscal, quer do Revisor Oficial de Contas, sob a forma de Certificação Legal de Contas.

Previamente, começamos por referir que, esta Direção, após o ato eleitoral realizado no dia 29 de outubro de 2022, apenas tomou posse, nos termos estatutários, no dia 11 de novembro, desse mesmo ano, ou seja em 365 dias do ano, apenas exerceu o seu mandato durante 51 dias. E durante esse período, teve que realizar um enorme esforço financeiro para liquidar muitas dívidas, a terceiros, fornecedores, e ao Estado, da responsabilidade da anterior Direção, que se encontravam pendentes de regularização, muitas delas já com um considerável atraso no seu cumprimento.

Analisando as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício, verificamos que 2022 foi um ano em que, apesar de todas estas condicionantes, se verificou um equilíbrio financeiro, mas ainda ténue na sua génese.

Apesar do resultado apresentado, continuam, assim, a ser necessárias medidas de promoção do equilíbrio operacional, e maior controlo da execução orçamental, para se atingir, ou conseguir, uma verdadeira sustentabilidade financeira, mediante o reforço de verbas com carácter permanente, que tragam sustentabilidade às respostas sociais. Sublinhe-se que isso será uma realidade, através das medidas já concretizadas por esta Direção, designadamente, ter conseguido num curto prazo a licença de utilização necessária para o CACI de Gualtar, e, conseqüentemente, a revisão da capacidade dos acordos de cooperação, de 45 para 85 utentes, o qual se concretizará com o lançamento do novo programa Procoop, que irá ser aberto durante o ano de 2023. Claro que



serão, sempre necessárias, igualmente, receitas com carácter extraordinário, mas não poderemos, nem deveremos depender das mesmas. Esse é o nosso futuro.

Neste documento, obviamente, ainda não refletimos o pagamento integral, por esta direção, no ano de 2023, de todos os créditos salariais dos nossos trabalhadores, muitos dos quais, já datavam do ano de 2011. Permitam-nos, e com o devido respeito, uma verdadeira “vergonha” para a nossa instituição.

Esta Direção, no seu curto exercício de mandato no ano de 2022, desde logo promoveu medidas, que rapidamente dotaram a nossa instituição de melhores condições, seja a nível de condições de trabalho, seja a nível de reforço de pessoal, onde necessário, aqui com principal enfoque no complexo de Lomar, ao nível do CACI, e ao nível do Lar Residencial, o qual se encontrava com um funcionamento muito deficiente, e totalmente inaceitável, para prejuízo dos seus utentes, a maioria deles a padecerem de uma deficiência profunda.

A aposta da Direção passa por dotar a APPACDM de instalações mais modernas e que cumpram com as exigências da Tutela, e nesse sentido está a desenvolver esforços para garantir a conclusão das obras em curso de requalificação do CAO de Gualtar, para poder negociar com a tutela o alargamento dos acordos de cooperação, assegurando dessa forma um passo decisivo para o equilíbrio económico-financeiro da APPACDM.

Por último, refira-se que, esta Direção, na sequência, aliás do relatório de gestão relativo ao ano de 2021, realizado pela anterior Direção, apurou que não existe um verdadeiro cadastro, e inventariação, dos bens imóveis e móveis, que estejam sujeitos a registo, ou não. Ou seja, a instituição não tem conhecimento cabal do seu património, e qual o seu valor/ativo, que representam. Isso é inaceitável, face à já longa existência da APPACDM de Braga. Deste modo, será um compromisso da atual Direção, proceder à inventariação, e cadastro, do nosso património durante o nosso mandato.

CUMPRIREMOS!



1. Desempenho da Instituição do ponto de vista económico – financeiro

As contas aqui apresentadas, resultam daquilo que foi um ano de dificuldades, conforme descrito anteriormente, não obstante nos termos apercebido que a organização contabilística que nos precedeu, infelizmente, não foi a mais a competente, e/ou a necessária para esta instituição.

Na nossa opinião, as Demonstrações Financeiras apresentam uma imagem fidedigna da situação líquida e patrimonial de APPACDM.

Apesar de ser sempre necessário uma contenção orçamental, mas não “cega”, temos de melhorar financeiramente, para que haja um reflexo positivo nas contas da Instituição, de forma sustentada e recorrente.

Temos de cumprir com os fornecedores, atempadamente e de forma regular, o que nem sempre sucedeu, no passado. Mas asseguramos que, em 2023, isso não se verificará. Continua a ser paga, regularmente, a liquidação da dívida ao IEFP.

A Direção atual continua atenta e consciente das dificuldades que enfrenta, mas mantém total confiança nos seus colaboradores, e reconhece publicamente a sua gratidão pelos esforço, dedicação e solidariedade demonstrados, mesmo nos períodos mais difíceis, num clima de enorme incerteza e adaptação. Esse esforço deu uma imagem daquilo que é e deve ser a APPACDM, uma Associação de todos e para todos e que, nas horas mais difíceis se assume, sempre, como um exemplo de superação.

A Direção luta cada dia na procura de um clima de estabilidade que lhes permitam acreditar no futuro da Instituição.

Haverá sempre um esforço contínuo na procura e diversificação das fontes de financiamento através de candidaturas a programas de apoio, regulares ou esporádicos, que permitam assegurar o regular funcionamento das respostas sociais, e ao mesmo tempo financiar a requalificação de equipamentos.

Apesar das dificuldades encontradas, a Direção está convicta que a sustentabilidade futura, será assegurada pelo alargamento dos acordos de cooperação, e assim, a Associação caminhará para uma fase de equilíbrio económico financeiro, através do reforço das verbas de carácter permanente.

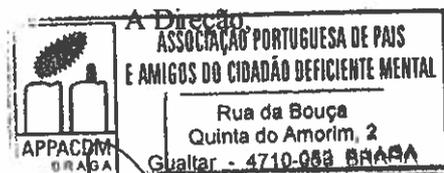
Esta Direção continuará a sua missão de lutar junto das Instituições Públicas e privadas, aos fundos comunitários, caso existam, por forma a que possam ser criadas condições para se

avançar com a reconstrução do complexo de Esposende, e se possível, paralelamente realizar obras de requalificação nos restantes complexos.

Acrescentamos que, também vos podemos assegurar que, com a legalização do CACI de Gualtar, conseguida por esta Direção, podemos agora recorrer ao Fundo de Socorro Social, da Segurança Social, que permitirá afetar uma verba de 450 mil euros, para a nossa instituição.

O FUTURO SERÁ MELHOR

Braga, 21 de julho de 2023



2. Análise comparativa da estrutura de gastos e rendimentos

O quadro seguinte apresenta uma perspetiva histórica e financeira da Instituição e permite avaliar a evolução da estrutura de gastos e rendimentos dos últimos 6 exercícios.

Quadro 1 - Análise comparativa da Estrutura de Gastos e Rendimentos

(valores em €)

GASTOS E PERDAS	2022	2021	2020	2019	2018	2017
C.M.V.M.C.	218.827,94 €	160.051,92 €	170.760,13 €	207.493,52 €	196.284,80 €	213.111,06 €
Fornecimentos e Serviços Externos	435.490,76 €	442.139,52 €	365.554,93 €	347.950,51 €	342.004,98 €	338.710,88 €
Gastos com Pessoal	2.439.142,65 €	2.349.610,05 €	2.066.555,42 €	2.184.016,89 €	2.086.569,09 €	2.006.839,90 €
Depreciações do Exercício	137.683,80 €	119.701,48 €	112.701,18 €	107.879,06 €	106.000,17 €	110.929,80 €
Perdas por imparidade	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros Gastos e Perdas	59.173,14 €	17.899,79 €	4.357,38 €	57.747,10 €	44.466,67 €	68.023,73 €
Juros e Gastos Suportados	37.863,52 €	3.176,75 €	1.899,99 €	- €	3.738,65 €	4.711,87 €
TOTAL DE GASTOS E PERDAS	3.328.181,81 €	3.092.579,51 €	2.721.829,03 €	2.905.087,08 €	2.779.064,36 €	2.742.327,24 €
	7,62%	13,62%	-6,31%	4,53%	1,34%	-2,32%
RENDIMENTOS E GANHOS	2022	2021	2020	2019	2018	2017
Vendas	7.681,70 €	5.816,95 €	4.891,88 €	10.853,63 €	17.780,54 €	22.135,02 €
Prestações de serviços	499.024,63 €	460.274,00 €	448.340,84 €	505.652,23 €	526.555,74 €	512.891,66 €
Subsídios, doações e legados à exploração	2.350.845,43 €	2.313.858,43 €	2.037.465,37 €	1.903.440,74 €	1.889.450,13 €	1.902.691,37 €
Trabalhos para a Própria Instituição	90.920,26 €	100.064,58 €	79.398,76 €	86.897,08 €	91.821,68 €	91.971,36 €
Reversões	4,00 €	- €	- €	- €	- €	- €
Out. Rendimentos. e Ganhos	403.675,29 €	295.909,35 €	196.359,32 €	176.656,47 €	187.717,81 €	218.197,69 €
Juros e Rendimentos Obtidos	- €	- €	- €	- €	38,93 €	50,28 €
TOTAL RENDIMENTOS E GANHOS	3.352.151,31 €	3.175.923,31 €	2.766.456,17 €	2.683.500,15 €	2.713.364,83 €	2.747.937,38 €
	5,55%	14,80%	3,09%	-1,10%	-1,36%	-3,78%

3. Análise da Execução Orçamental do Exercício de 2022

Quadro 2 - Análise da execução Orçamental do Exercício 2022

Rendimentos e Gastos	DR 31/12/2022	Orçamento 2022
Vendas	7 681,70 €	4 945,33 €
Serviços prestados	499 024,63 €	476 232,51 €
Subsídios, doações e legados à exploração	2 350 845,43 €	2 244 394,32 €
ISS, IP - Centros Distritais	2 345 764,25 €	2 199 394,32 €
Outros	5 081,18 €	45 000,00 €
Variação nos inventários da produção	- €	- €
Trabalhos para a própria entidade	90 920,26 €	92 489,76 €
C.M.V.M.C	- 218 827,94 €	- 150 896,75 €
Fornecimentos e serviços externos	- 435 490,76 €	- 304 909,18 €
Gastos com pessoal	- 2 439 142,65 €	- 2 327 361,16 €
Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)	- €	- €
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	- €	- €
Provisões (aumentos/reduções)	- €	- €
Provisões específicas (aumentos/reduções)	- €	- €
Outras imparidades (perdas/reversões)	- €	- €
Aumentos/Reduções de justo valor	- €	- €
Outros rendimentos e ganhos	403 679,29 €	74 591,96 €
Outros gastos e perdas	- 59 173,14 €	- 9 768,40 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financ e impostos	199 516,82 €	99 718,39 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	- 137 683,80 €	- 121 314,17 €
Resultado Operacional (antes de gastos de financ e impostos)	61 833,02 €	- 21 595,78 €
Juros e rendimentos similares obtidos	- €	- €
Juros e gastos similares suportados	- 37 863,52 €	- 5 685,48 €
Resultado antes de impostos	23 969,50 €	- 27 281,26 €
Imposto sobre rendimento do período		
Resultado líquido do período	23 969,50 €	- 27 281,26 €

a. O RESULTADO DO EXERCÍCIO/ PROPOSTA DE APLICAÇÃO

O Resultado Líquido do período totalizou o montante de **23.969,50 €**, que a Direção propõe, sejam incorporados em Resultados Transitados.

b. DÍVIDAS À AT E SEGURANÇA SOCIAL

A Associação apresenta a situação tributária regularizada, tendo solicitado a regularização de saldos acumulados da Taxa Social Única em 12 prestações mensais, e adicionalmente, tem cumprido mensalmente com o plano de pagamento da dívida ao IEFP junto da Autoridade Tributária.

4. BALANÇO

Balanço em 31 de dezembro 2022

(valores em €)

Rubricas	Notas	31/12/2022	31/12/2021
ACTIVO			
Ativo não corrente		3.248.586,88 €	3.278.898,80 €
Ativos fixos tangíveis	5.1	3.208.583,01 €	3.272.197,13 €
Ativos intangíveis	5.2	33.450,77 €	- €
Investimentos financeiros		6.553,10 €	6.701,67 €
Ativo corrente		453.691,15 €	323.275,75 €
Inventários	6.1	9.546,95 €	4.945,02 €
Clientes	11.1	32.731,58 €	15.101,16 €
Acionistas/Sócios	11.3	5.414,50 €	6.105,50 €
Estado e outros entes públicos	12.8	- €	483,93 €
Outros créditos a receber	11.3	84.739,89 €	249.714,67 €
Diferimentos	12.1	- €	10.698,71 €
Caixa e depósitos bancários	4.1	321.258,23 €	36.226,76 €
Total do Activo		3.702.278,03 €	3.602.174,55 €
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundo Social	11.5	1.965.548,83 €	1.965.548,83 €
Resultados transitados	11.5	384.371,10 €	467.714,90 €
Outras variações nos fundos patrimoniais	8.3 / 11.5	564.832,62 €	606.396,82 €
Resultado líquido do período	11.5	23.969,50 €	83.343,80 €
Total dos fundos patrimoniais		2.169.979,85 €	2.187.574,55 €
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente		1.532.298,18 €	1.414.600,00 €
Fornecedores	11.2	85.485,88 €	99.046,69 €
Estado e outros entes públicos	12.8	338.768,85 €	280.531,23 €
Financiamentos obtidos	11.4	300.000,00 €	250.000,00 €
Diferimentos	12.1	- €	26.000,00 €
Outras dívidas a pagar	11.3	808.043,45 €	759.022,08 €
Total do Passivo		1.532.298,18 €	1.414.600,00 €
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3.702.278,03 €	3.602.174,55 €

Braga, 21 de julho de 2023



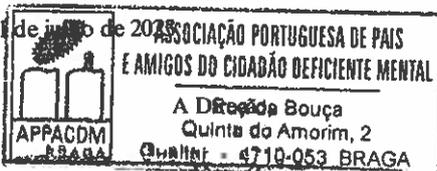
O Contabilista Certificado,

5. Demonstração dos Resultados por Natureza

Demonstração dos Resultados por Natureza

Rendimentos e Gastos	Notas	2022	2021
Vendas e serviços prestados	7.2	506.706,33 €	466.090,95 €
Subsídios, doações e legados à exploração	8.2	2.350.845,43 €	2.313.858,43 €
ISS, IP - Centros Distritais		2.345.764,25 €	2.313.858,43 €
Outros		5.081,18 €	- €
Variação nos inventários da produção		- €	- €
Trabalhos para a própria entidade	7.2	90.920,26 €	100.064,58 €
Custo das merc vendidas e das matérias consumidas	6.2	- 218.827,94 €	160.051,92 €
Fornecimentos e serviços externos	12.2	- 435.490,76 €	442.139,52 €
Gastos com pessoal	12.3	- 2.439.142,65 €	2.349.610,05 €
Outros rendimentos e ganhos	12.6	403.679,29 €	295.909,35 €
Outros gastos e perdas	12.6	- 59.173,14 €	17.899,79 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financ e impostos		199.516,82 €	206.222,03 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5.1 / 5.2	- 137.683,80 €	119.701,48 €
Resultado Operacional (antes de gastos de financ e impostos)		61.833,02 €	86.520,55 €
Juros e rendimentos similares obtidos		- €	- €
Juros e gastos similares suportados	12.7	- 37.863,52 €	3.176,75 €
Resultado líquido do período		23.969,50 €	83.343,80 €

Braga, 21



O Contabilista Certificado,

6. Fluxos de Caixa

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método directo)

Rubricas	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa das actividades operacionais – método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		489.095,91 €	487.645,56 €
Pagamentos a fornecedores		- 683.552,83 €	- 630.769,36 €
Pagamentos ao pessoal		- 2.388.414,84 €	- 2.390.613,30 €
Caixa gerada pelas operações		- 2.582.871,76 €	- 2.533.737,10 €
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento + iva		- €	32.925,00 €
Outros recebimentos/pagamentos		2.963.138,63 €	2.468.113,28 €
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		380.266,87 €	- 32.698,82 €
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	5.1	- 57.346,80 €	- 609.321,27 €
Activos intangíveis	5.2	- 50.173,65 €	- €
Investimentos financeiros		- €	- 1.786,30 €
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		- €	180.000,00 €
Activos intangíveis		- €	- €
Investimentos financeiros		148,57 €	- €
Outros activos		- €	- €
Subsídios ao investimento		- €	211.198,11 €
Juros e rendimentos similares		- €	72,80 €
Dividendos		- €	- €
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		- 107.371,88 €	- 219.836,66 €
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	11.4	50.000,00 €	242.600,00 €
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		- €	- 3.249,55 €
Juros e gastos similares		- 37.863,52 €	- €
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		12.136,48 €	239.350,45 €
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		285.031,47 €	- 13.185,03 €
Efeito das diferenças de câmbio		- €	- €
Caixa e seus equivalentes no início do período	4.1	36.226,76 €	49.411,79 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		321.258,23 €	36.226,76 €

Braga, 21 de Julho de 2023



O Contabilista Certificado,

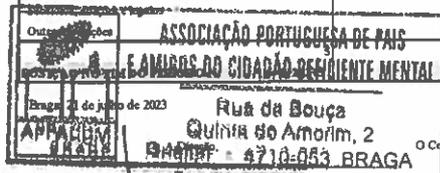
7. Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

Demonstração das Alterações Dos Fundos Patrimoniais no Período de 2021

Descrição	Notas	Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transfidos	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido do Período	Total dos Fundos Patrimoniais	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-1	1	115	1.965.548,83 €	- €	- €	512.342,00 €	578.606,82 €	44.627,14 €	2.076.439,99 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adoção de novo referencial contabilístico			- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Alterações de políticas contabilísticas			- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras			- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Realização do excedente de revalorização			- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Excedentes de revalorização			- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ajustamentos por impostos diferidos			- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outras alterações reconhecidas do Fundo Social			- €	- €	- €	44.627,14 €	40.000,00 €	44.627,14 €	40.000,00 €
	2		- €	- €	- €	44.627,14 €	40.000,00 €	44.627,14 €	40.000,00 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3	115						83.343,80 €	83.343,80 €
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3		- €	- €	- €	44.627,14 €	40.000,00 €	38.716,66 €	123.343,80 €
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
Fundos			- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Subsídios, doações e legados			- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outras operações			- €	- €	- €	0,94 €	12.209,20 €	- €	12.209,24 €
	5		- €	- €	- €	0,94 €	12.209,20 €	- €	12.209,24 €
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N-1	6=1+2+3+5		1.965.548,83 €	- €	- €	467.714,90 €	606.396,82 €	83.343,80 €	2.187.574,55 €

Demonstração das Alterações Dos Fundos Patrimoniais no Período de 2022

Descrição	Notas	Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transfidos	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido do Período	Total dos Fundos Patrimoniais	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N	1	115	1.965.548,83 €	- €	- €	467.714,90 €	606.396,82 €	83.343,80 €	2.187.574,55 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adoção de novo referencial contabilístico			- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Alterações de políticas contabilísticas			- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras			- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Realização do excedente de revalorização			- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Excedentes de revalorização			- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ajustamentos por impostos diferidos			- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outras alterações reconhecidas do Fundo Social			- €	- €	- €	83.343,80 €	- €	83.343,80 €	- €
	2		- €	- €	- €	83.343,80 €	- €	83.343,80 €	- €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3	115						23.969,50 €	23.969,50 €
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3		- €	- €	- €	83.343,80 €	- €	59.374,70 €	23.969,50 €
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
Fundos			- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Subsídios, doações e legados			- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outras operações			- €	- €	- €	- €	41.564,20 €	- €	41.564,20 €
	5		- €	- €	- €	- €	41.564,20 €	- €	41.564,20 €
	6		1.965.548,83 €	- €	- €	384.371,10 €	564.832,62 €	23.969,50 €	2.169.979,85 €



Anexo

1. Identificação da entidade:

Designação: APPACDM de Braga

Sede Social: Rua de São Lázaro n.º 38 – 4700-327 Braga

Fundo Social: 1.965.548,83 Euros

N.º Contribuinte: 504 646 702

Objeto Social: Atividade de apoio social para pessoas com deficiência, com e sem alojamento.

C.A.E.:

88102 “Atividades de apoio social para pessoas com deficiência, sem alojamento”

87302 “Atividades de apoio social para pessoas com deficiência, com alojamento”

As demonstrações financeiras são preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC – ESNL) aprovadas pela Portaria 220/2015, de 24 de Julho, deste modo, é necessário a formulação de julgamentos, pressuposto e estimativas que afetam a aplicação das políticas contabilísticas bem como o valor dos ativos, passivos, proveitos e custos.

A análise e exposição das estimativas e pressupostos, são baseados na experiência histórica e noutros fatores relevantes de acordo com as particularidades da entidade. Suportando os julgamentos sobre o valor dos ativos e passivos, cuja valorização não é evidente através de outras fontes, podendo os resultados reais variar das estimativas.

As questões que exigem um maior nível de complexidade e julgamento, ou apresentam pressupostos e estimativas com resultados relevantes, são apresentados na Nota 3 – Principais Políticas Contabilísticas, onde se relata as principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:**2.1 – Sistema de Normalização Contabilístico**

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade das operações, com base nos registos contabilísticos da instituição e de acordo com o Sistema da

Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (SNC-ESNL), aprovado e regulado pelos seguintes diplomas legais:

- *Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março* – aprova o regime contabilístico para as Entidades do Setor Não Lucrativo;
- *Portaria n.º 105/2011, de 14 de março* – aprova os modelos de demonstrações financeiras a apresentar pelas entidades que apliquem o regime contabilístico SNC-ESNL;
- *Portaria n.º 106/2011, de 14 de março* – aprova o código de contas específico para as entidades do setor não lucrativo;
- *Aviso 6726-B/2011, de 14 de março* – publica a norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do setor não lucrativo;
- *Artigo 256.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro* – procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março;
- *Decreto-Lei n.º 64/2013, de 13 de maio* – procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março.
- *Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho* – procede à revisão dos modelos de demonstrações financeiras.

2.2 – Indicação das justificações das derrogações NCRF-ESNL:

A APPACDM de Braga, regista na sua contabilidade propriedades doadas com valor de entrada nulo, com o acrescento de benfeitorias. No seguimento, foi derrogada a nota 7.5 da NCRF-ESNL, que prescreve o reconhecimento ao justo valor, encontrando-se em curso as avaliações para o seu reconhecimento.

3. Principais políticas contabilísticas:

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no *princípio da continuidade*.

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se escriturados pelo seu custo de aquisição, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade, com exceção de alguns prédios doados à

instituição, que se encontram registados conforme a nota 2.2 “Indicação das justificações das derrogações NCRF-ESNL” de acordo com as disposições legais.

O custo de aquisição engloba todos os custos diretamente necessários à aquisição, e os incorridos para a colocação no local e outros necessários para o funcionamento do mesmo, tais como as despesas de transporte e montagem.

As depreciações são calculadas, a partir do método de linha reta, aplicada anualmente, a partir da entrada em funcionamento dos bens. São aplicadas as taxas de depreciação mais apropriadas, que permitam a reintegração total do bem durante a sua vida útil estimada, tomando como referência as taxas definidas no Decreto Regulamentar 25/2009.

As taxas de amortização anuais médias utilizadas são as seguintes:

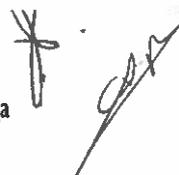
	Taxas				
Edifícios e Outras Construções	2%	4%	5%		
Equipamento Básico	14,28%		16,66%	25%	33%
Equipamento de Transporte	25%				
Equipamento Administrativo	10%	12,5%	20%	25%	33,33%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	14,28%		16,66%		33,33%

Os encargos com reparações e/ou manutenções, são analisados e registados conforme a sua dimensão. Os pequenos gastos são registados como gastos do período à medida que vão sendo incorridos, por sua vez, as grandes reparações são registadas em Ativos Fixos Tangíveis e amortizadas às taxas correspondentes à vida residual dos ativos principais.

Como resultado da alienação, ou abate, de um ativo fixo tangível existem as mais ou menos valias, estas são calculadas através da diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data da venda/abate. São registadas na Demonstração de Resultados como “Outros rendimentos ou ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

b) Inventários

Os inventários são registados através da fórmula de custeio o FIFO e encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Este custo engloba todos os custos com a compra e outros incorridos para a colocação no local e condições atuais.



c) Instrumentos Financeiros

i. *Dívidas de terceiros*

As dívidas de “Clientes” e as “Outras contas a receber”, encontram-se registadas pelo seu valor nominal. São apresentadas no balanço deduzidas de qualquer eventual perda por imparidade, registadas na rubrica “Perdas por imparidade em contas a receber”, de modo a refletir o seu valor realizável líquido. Estas rubricas quando tem um carácter corrente, não incluem juros, uma vez que não se considera material o impacto do desconto.

ii. *Empréstimos*

Os empréstimos encontram-se registados no passivo pelo seu custo, deduzido de qualquer custo de transação que seja diretamente atribuível à sua emissão. São expressos no passivo corrente ou não corrente do balanço, dependendo do seu vencimento efetivar-se a menos ou a mais de ano, respetivamente.

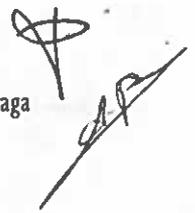
Quando existe cessação das obrigações decorrentes dos contratos, ou seja, quando há lugar a liquidação, cancelamento ou expiração, é efetuado o seu desreconhecimento. Os custos incorridos com os juros, bem como outros decorrentes do empréstimo, são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na Demonstração de Resultados do período, de acordo com o regime do acréscimo.

iii. *Dívidas a terceiros*

As dívidas a fornecedores ou a terceiros, quando não há lugar ao pagamento de juros, são registadas pelo seu custo. À semelhança dos empréstimos, quando existe cessação das obrigações decorrentes dos contratos, ou seja, quando há lugar a liquidação, cancelamento ou expiração, é efetuado o seu desreconhecimento.

iv. *Caixa e depósitos bancários*

Na rubrica “Caixa e depósitos bancários”, estão incluídos os montantes dos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alterações de valor. São reconhecidos no ativo corrente se o seu vencimento for inferior a 12 meses, caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.



d) Regime do acréscimo

De acordo com o regime do acréscimo, os rendimentos e gastos são reconhecidos no exercício a que se referem à medida que são gerados, independentemente do momento em que ocorre o pagamento ou o recebimento. Registadas nas rubricas de “Outras contas a receber e a pagar” ou “Diferimentos”, encontram-se as diferenças entre os montantes recebidos e pagos, e os correspondentes rendimentos e gastos gerados.

e) Rédito

O rédito das vendas, prestações de serviços, e juros decorrentes da atividade ordinária da instituição, é reconhecido pelo seu justo valor, livremente fixado entre as partes numa base de independência. Relativamente às vendas e prestações de serviços, este justo valor reflete eventuais abatimentos e descontos concedidos, e não inclui qualquer imposto liquidado nas faturas.

O rédito proveniente das vendas de bens só é reconhecido quando se encontrem cumpridas, na totalidade, as condições a seguir apresentadas:

- A instituição tenha transferido para o comprador todos os riscos e vantagens significativos inerentes à propriedade dos bens;
- A instituição não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse e controlo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os contributos para o desenvolvimento das atividades, presentes e futuras, da instituição associados à transação, fluam para a instituição;
- Os custos incorridos ou a incorrer possam ser fiavelmente mensurados;

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado, tendo por base a fase de acabamento da transação à data do balanço. O desfecho da transação pode ser fiavelmente estimado quando estão cumpridas as seguintes condições:

- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;



- Seja provável que os contributos para o desenvolvimento das atividades, presentes e futuras, da instituição associados à transação, fluam para a instituição;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos ou a incorrer possam ser fiavelmente mensurados;

f) Subsídios

Os subsídios, incluindo subsídios não monetários, só devem ser reconhecidos quando existir certeza de que a entidade cumprirá as condições a eles associadas, e que os subsídios serão recebidos.

O método contabilístico adotado não é afetado pelo modo como a instituição recebe o subsídio, este é contabilizado da mesma maneira quer seja recebido em dinheiro, quer seja recebido como redução de um passivo.

Os empréstimos perdoáveis, bem como os subsídios a fundo perdido, são tratados como um subsídio quando há certezas que a entidade satisfará de todas as condições de perdão do empréstimo.

Os subsídios não reembolsáveis, relacionados com Ativos Fixos Tangíveis e Ativos Intangíveis, devem ser inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários permitindo equilibrá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem. Consideram-se subsídios não reembolsáveis aqueles que, quando há um acordo individualizado de concessão do subsídio a favor da entidade, se tenha cumprido as condições estabelecidas para a sua cedência e não existam dúvidas que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos, uma vez que possuem um carácter de empréstimo.

Um subsídio poderá ser recebível por uma entidade como compensação por gastos ou perdas incorridas num período antecedente, no seguimento será reconhecido como rendimento do período em que se torna recebível, com a divulgação necessária para garantir que o seu efeito seja claramente compreendido.

**Apresentação de subsídios relacionados com ativos:**

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com Ativos Fixos Tangíveis e Ativos Intangíveis, incluindo os subsídios não monetários, devem ser apresentados no balanço como componente do Fundo Patrimonial, e imputados como rendimentos do exercício na proporção das amortizações efetuadas em cada período.

Apresentação de subsídios relacionados com rendimentos:

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar défices de exploração de um dado exercício imputam-se como rendimentos desse exercício, salvo se destinarem a financiar défices de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios. Estes subsídios devem ser apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

Reembolso de subsídios:

Um subsídio que se torne reembolsável deve ser contabilizado como uma revisão da estimativa contabilística. Quando há lugar ao reembolso de um subsídio relacionado com rendimentos ou com ativos, deve ser aplicado, inicialmente, em contrapartida de qualquer crédito diferido não amortizado relacionado com subsídio. Quando existe um excedente do reembolso, comparativamente ao crédito diferido, ou quando não exista qualquer crédito diferido, o reembolso deverá ser imediatamente reconhecido como um gasto.

g) Imposto corrente

Os ativos e passivos por impostos diferidos, devem ser mensurados pela quantia que se espera que seja liquidada às entidades responsáveis, com referência às taxas e leis fiscais que estejam aprovadas à data do balanço.

A contabilização dos efeitos dos impostos correntes de uma transação, ou de outro acontecimento, é consolidada com a contabilização dessa transação ou acontecimento. Assim, qualquer transação ou acontecimento reconhecido no resultado está refletido, nesses mesmos resultados, os seus efeitos fiscais.



Respeitante a transações ou acontecimentos que se encontrem reconhecidos diretamente no Fundo Patrimonial, os seus efeitos fiscais também devem ser lá reconhecidos nos casos em que o imposto é diretamente creditado ou debitado nessa rubrica.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Administração Fiscal durante um período de quatro anos, pelo que as declarações poderão vir a ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer qualquer efeito significativo nas presentes declarações financeiras.

h) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo englobam as retribuições exigíveis por lei, tais como, vencimentos, subsídio de alimentação, subsídio de férias e Natal, e quaisquer outras adicionais. Também, poderão englobar retribuições decididas pontualmente pela Direção. São ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social, de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável.

São reconhecidas como gastos do período, em que os serviços são prestados, as obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com legislação laboral aplicável, o direito ao subsídio de férias relativo ao período, é somente pago durante o período seguinte, pelo que, os gastos correspondentes são reconhecidos como benefício dos empregados de curto prazo e tratados de acordo com o parágrafo anterior.

Os benefícios dos empregados decorrentes de cessação de emprego são reconhecidos como gasto no período em que ocorrem quer seja por decisão unilateral, mútuo acordo ou por decisão judicial.

3.2. – Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A instituição classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa, depósitos à ordem,



depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento inferior a três meses, e para os quais o risco de alteração é de valor insignificante.

A Demonstração de Fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes/utentes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros movimentos relacionados com a atividade operacional. As atividades de investimento englobam pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos. Por sua vez, as atividades de financiamento incluem os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

3.3. – Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

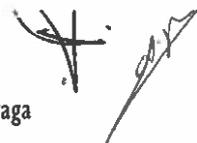
Na preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as NCRF-ESNL, são utilizados estimativas e pressupostos que condicionam a aplicação de políticas e montantes reportados. Estas são continuamente avaliadas e suportam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, englobam expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação e/ou experiência adquirida.

Nas demonstrações financeiras verificam-se as estimativas mais significativas refletidas no apuramento e mensuração dos inventários, no período de vida útil dos ativos e na utilização do princípio do acréscimo na especialização dos gastos.

As estimativas foram determinadas com base na informação fiável disponível à data da preparação das demonstrações financeiras. Todavia, podem ocorrer, em períodos subsequentes, situações que, à data atual, não sejam previsíveis e, conseqüentemente, não estejam refletidas nessas estimativas. As possíveis alterações, às estimativas, que ocorram após a data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva.

3.4. – Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, mantiveram como referencial contabilístico o acordo aplicável ao Setor Não Lucrativo, SNC-ESNL, e tiveram como suporte os livros e os registos contabilísticos da instituição.



A instituição tem apresentado algumas dificuldades de tesouraria, apesar dos Fundos Patrimoniais serem positivos, devido à transição de períodos passados de dívidas a colaboradores e ao IEFP. Há estimativa de se liquidar todas as dívidas passadas aos colaboradores, no decorrer do ano de 2023, e cumprir com os acordos do IEFP.

3.5. – Principais fontes de incerteza

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da instituição no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidades do sector. Não é previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento, a curto prazo, que possa pôr em causa a validade dessas estimativas, ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

4. Fluxos de Caixa

4.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

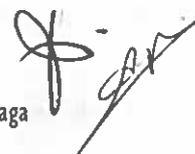
(valores em €)

Meios Financeiros líquidos referidos no Balanço	2022			2021		
	Disponíveis para uso	Indisponíveis para uso	Total	Disponíveis para uso	Indisponíveis para uso	Total
Caixa						
Numerário	2.498,22 €		2.498,22 €	1.743,03 €		1.743,03 €
Subtotal	2.498,22 €	- €	2.498,22 €	1.743,03 €	- €	1.743,03 €
Depósitos bancários						
Depósitos à ordem	318.760,01 €		318.760,01 €	34.492,73 €		34.492,73 €
Outros depósitos	- €		- €	- €		- €
Subtotal	318.760,01 €	- €	318.760,01 €	34.492,73 €	- €	34.492,73 €
Out equivalentes de caixa						
Títulos negociáveis			- €			- €
Subtotal	- €	- €	- €	- €	- €	- €
TOTAL	321.258,23 €	- €	321.258,23 €	36.235,76 €	- €	36.235,76 €

Apresentação dos meios financeiros líquidos em 31 de dezembro de 2022, em comparação ao ano de 2021, resultado das operações de tesouraria realizadas no exercício.

5. Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis:

5.1. - Divulgações sobre ativos fixos tangíveis



→ Bases de mensuração

Após o reconhecimento como ativo, estes são valorizados pelo modelo do custo. Neste, o ativo, deve ser escriturado pelo seu custo, deduzido de qualquer depreciação ou perda por imparidade acumulada.

→ Método de depreciação adotado

O método utilizado para a depreciação dos ativos fixos tangíveis é o método da linha reta. Deste modo, a depreciação está relacionada exclusivamente com o tempo, e não com o uso do ativo, sendo constante durante a vida útil do ativo, se o seu valor residual não se alterar.

→ Vidas úteis e taxas de depreciação usadas

Como abordado no tópico anterior, as depreciações são calculadas com base na vida útil do ativo, traduzindo-se nas seguintes taxas médias.

Edifícios e Outras Construções	2%	4%	5%		
Equipamento Básico	14,28%	16,66%	25%	33%	
Equipamento de Transporte	25%				
Equipamento Administrativo	10%	12,5%	20%	25%	33,33%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	14,28%	16,66%			33,33%

a) Reconciliação da quantia escriturada no início e fim do período:

Os movimentos na rubrica de *ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS* durante o ano de 2022 foram os seguintes:

(valores em €)

Activo Bruto:	Saldo inicial em 01/01/22	Aquisições /Aumentos	Alienações / Abates	Transferências	Saldo final em 31/12/22
Terrenos e Recursos Naturais	198.148,32 €	- €			198.148,32 €
Edifícios e Outras Construções	5.870.631,41 €	57.346,80 €			5.927.978,21 €
Equipamento Básico	1.447.760,72 €				1.447.760,72 €
Equipamento de Transporte	411.228,77 €				411.228,77 €
Equipamento administrativo	913.221,33 €				913.221,33 €
Outros activos fixos tangíveis	181.444,48 €				181.444,48 €
Ativos fixos tangíveis em curso	23.930,50 €				23.930,50 €
Total	9.046.365,53 €	57.346,80 €	- €	- €	9.103.712,33 €

Depreciações acumuladas e imparidades:	Saldo inicial em 01/01/2022	Depreciações do exercício	Imparidades do exercício	Alienações / Abates	Saldo final em 31/12/2022
Terrenos e Recursos Naturais	79.116,84 €	- €			79.116,84 €
Edifícios e Outras Construções	2.776.792,80 €	96.373,07 €			2.873.165,87 €
Equipamento Básico	1.433.232,28 €	6.648,66 €			1.439.880,94 €
Equipamento de Transporte	417.604,09 €	12.975,36 €			430.579,45 €
Equipamento administrativo	904.054,46 €	2.867,18 €			906.921,64 €
Outros activos fixos tangíveis	163.367,93 €	2.096,65 €			165.464,58 €
Ativos fixos tangíveis em curso	- €	- €			- €
Total	5.774.168,40 €	120.960,92 €	- €	- €	5.895.129,32 €

A mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis permite identificar e analisar, com maior exatidão, a realidade dos ativos existentes, bem como os AFT ainda em curso. No registo estão

refletidos os montantes incorporados nas obras de requalificação dos CACI's de Gualtar e de Vila Verde e, à semelhança do ano de 2021, em função da conclusão das obras, foi iniciada a depreciação dos valores.

5.2. - Divulgações sobre ativos intangíveis

a) Reconciliação da quantia escriturada no início e fim do período:

Os movimentos na rubrica de *ATIVOS INTANGÍVEIS* durante o ano de 2022 foram os seguintes:

(valores em €)

Activo Bruto:	Saldo inicial em 01/01/22	Aquisições /Aumentos	Alienações / Abates	Transferên- cias	Saldo final em 31/12/22
Goodwill	- €				- €
Projetos de desenvolvimento	- €				- €
Programas de Computador	- €	50.173,65 €			50.173,65 €
Propriedade Industrial	- €				- €
Outros activos intangíveis	- €				- €
Total	- €	50.173,65 €	- €	- €	50.173,65 €

Depreciações acumuladas e imparidades:	Saldo inicial em 01/01/2022	Depreciações do exercício	Imparidades do exercício	Alienações / Abates	Saldo final em 31/12/2022
Goodwill	- €				- €
Projetos de desenvolvimento	- €				- €
Programas de Computador	- €	16.722,88 €			16.722,88 €
Propriedade Industrial	- €				- €
Outros activos intangíveis	- €				- €
Total	- €	16.722,88 €	- €	- €	16.722,88 €

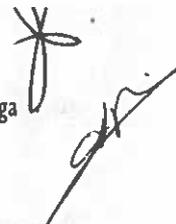
6. Inventários

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo, utilizando-se como fórmula de custeio o FIFO, a qual pressupõe que os itens de inventário que foram comprados primeiro sejam vendidos ou consumidos em primeiro lugar, e conseqüentemente, os itens que permanecem em inventário no fim do período sejam os itens comprados mais recentemente.

6.1. – Quantia total escriturada de inventários

(valores em €)

Inventários	2022	2021
Géneros Alimentares	2.192,21 €	2.441,98 €
Matérias-Primas CACI	7.354,74 €	2.503,40 €
Produtos	- €	- €
TOTAL GERAL	9.546,95 €	4.945,38 €



6.2. – Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

Inventários, CMVMC e Variação da Produção

(valores em €)

Evolução dos inventários e CMVMC	31/12/2022		31/12/2021	
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Produtos	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Produtos
1- Inventário inicial	4.945,02 €	- €	4.732,78 €	11.534,93 €
2- Quebras /Perdas por imparidade	- €			
3- Compras	223.429,87 €		160.264,16 €	
4- Subcontratos				
5- Reclassificação e reg. inventários				
6- Inventário final	9.546,95 €	- €	4.945,02 €	- €
Gasto do Período (1-2+3-5)	218.827,94 €	- €	160.051,92 €	11.534,93 €
	CMVMC	Variação da Produção	CMVMC	Variação da Produção

7. Réditos

7.1. – Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito

A instituição reconhece o rédito de acordo com os seguintes critérios:

- *Vendas*: São reconhecidos os réditos das vendas na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando o montante possa ser razoavelmente quantificado e/ou quando seja provável que os benefícios económicos associados fluam para a instituição.
- *Prestações de serviços*: O seu reconhecimento na demonstração dos resultados, está referenciado à fase de acabamento da prestação dos serviços à data do balanço.
- *Juros*: São reconhecidos os juros utilizando o método do juro efetivo, isto é, a imputação do gasto dos juros, ou rendimento, é efetuada durante o período relevante.

7.2. - Quantia de cada categoria de rédito reconhecida durante o período:

(valores em €)

Rubricas	2022	2021
Vendas	7.681,70 €	5.816,95 €
Artes Gráficas	- €	- €
Atividades agrícola	202,75 €	- €
Atividades Oficinas	522,70 €	- €
Atividades Têxteis/Artesanais	6.956,25 €	- €
Atividades CACI/ outras	- €	5.816,95 €
Prestações de Serviços	499.024,63 €	460.274,00 €
Matriculas e Mensalidades	480.029,69 €	432.628,20 €
Quotizações de Associados	10.474,00 €	10.324,00 €
Outros	8.520,94 €	17.321,80 €
Subtotal	506.706,33 €	466.090,95 €

Relacionado com as prestações de serviços, a APPACDM de Braga, reconhece algumas como “Trabalhos para a própria entidade”, uma vez que tem como objetivo o consumo interno da associação. Esta rubrica inclui os seguintes trabalhos:

- Trabalhos realizados nos diversos CACI’s que resultam em venda direta de artigos, ou faturação de serviços prestados, como a colocação de etiquetas.
- Elaboração de refeições para consumo dos colaboradores, registado no vencimento como subsídio de alimentação em espécie.
- Produção de refeições para consumo dos trabalhadores (a título de subsídio de refeição).

No quadro seguinte, é possível ver o detalhe da conta “Trabalhos para a própria entidade”:

(valores em €)

Trabalhos para a Própria Entidade	2022	2021
Autoconsumos cozinhas - alimentação em géneros	90.920,26 €	100.064,58 €
Subtotal	90.920,26 €	100.064,58 €

8. CONTABILIZAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DO GOVERNO E DIVULGAÇÃO DE APOIOS DO GOVERNO

8.1. - Políticas contabilísticas adotadas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o valor aprovado. Este registo acontece apenas quando existe uma garantia razoável de que se irão ser recebidos e que a instituição cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

8.2. - Subsídios relacionados com rendimentos

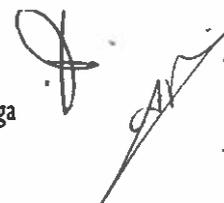
Na rubrica “Subsídios, doações e legados à exploração” da demonstração de resultados, encontram-se reconhecidos subsídios recebidos relacionados com os acordos/protocolos de cooperação entre a instituição e as entidades tutelares e/ou parceiras financiadoras como é o caso do ISS, IP.

No quadro seguinte é possível analisar os montantes de subsídios reconhecidos como rendimentos do exercício na rubrica “Subsídios, doações e legados à exploração”:

(valores em €)

Subsídios, doações e legados à exploração	2022	2021
Ministério da Solidariedade e S.S.		
ISS, IP - Centro Distrital de Braga	2.345.764,25 €	2.313.858,43 €
Acordos de cooperação	2.345.764,25 €	2.313.858,43 €
Fundo de socorro Social	- €	- €
Ministério da Educação	- €	- €
Ensino Especial	- €	- €
CRI - Centro de Recursos p/ Inclusão	- €	- €
Outras entidades	5.081,18 €	- €
IEFP	3.277,18 €	- €
INR	- €	- €
Outros	1.804,00 €	- €
Total	2.350.845,43 €	2.313.858,43 €

Os valores reconhecidos nos subsídios resultam, quase na sua totalidade, das transferências no âmbito dos acordos de cooperação com o ISS, IP – Centro Distrital de Braga para os Lares e CACI's, e, em 2022, apresentava a seguinte distribuição média mensal.



ACORDO	Nr. UTENTES	Média Mensal-2022	Nr. UTENTES	Média Mensal-2021
CACI - Qualtar	45	29.577,52 €	45	26.086,64 €
CACI - Lomar	30	19.611,71 €	26	16.139,56 €
CACI - Vila Verde	38	24.453,63 €	38	21.644,16 €
CACI - Esposende	30	15.929,92 €	30	17.103,12 €
CACI - VN Famalicão	60	39.238,35 €	60	34.783,77 €
Lar - Lomar	20	26.936,52 €	20	23.442,97 €
Lar - Fraiã	15	20.102,02 €	15	17.582,26 €
Lar - São Lázaro	14	18.947,12 €	14	16.410,16 €
TOTAL	252	194.796,79 €	248	173.192,63 €

8.3. - Subsídios relacionados com investimentos em ativos

Os subsídios não reembolsáveis, incluindo os não monetários, relacionados com Ativos Fixos Tangíveis e Ativos Intangíveis, devem ser apresentados no balanço como componente dos Fundos Patrimoniais, e imputados como rendimentos do exercício na proporção das amortizações efetuadas em cada período.

Decomposição dos movimentos associados a esta rubrica:

(valores em €)

Movimentos na Conta 593				
Rubricas/Projectos	Saldo Inicial (Credor)	Movimento a Débito	Movimento a Crédito	Saldo Final (Credor)
PIDDAC - Edifício dos Granjinhos	96.753,55 €	4.031,39 €	- €	92.722,16 €
Orçamento Participativo - CM Braga	168.300,00 €	31.055,00 €	- €	137.245,00 €
CM - Esposende	23.930,50 €	- €	- €	23.930,50 €
Norte 07-4842-FEDER-000211	278.212,77 €	5.677,81 €	- €	272.534,96 €
Apoio Adicional CM Braga	39.200,00 €	800,00 €	- €	38.400,00 €
TOTAL	606.396,82 €	41.564,20 €	- €	564.832,62 €

9. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não ocorreram factos dignos de relevo na instituição ou na economia após a data da aprovação das contas pela direção.



10. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco para a Segurança Social). Deste modo, as declarações fiscais da instituição poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão e eventual correção pela administração fiscal.

A Direção da instituição considera que eventuais correções, nos termos do parágrafo anterior, não terão valores significativos.

Não há situações suscetíveis de dar origem a impostos diferidos.

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

11.1 – Clientes e Utentes

Em 31 de Dezembro de 2022 a rubrica “*Clientes*” apresentava os seguintes saldos:

(valores em €)

Clientes	2022	2021
Não corrente	- €	- €
Corrente	32.721,58 €	15.101,16 €
Clientes c/c	2.300,45 €	2.565,40 €
Utentes c/c	30.421,13 €	12.535,76 €

Os valores evidenciados neste quadro encontram-se pelo seu montante líquido de perdas por imparidade acumuladas, reconhecidas nas contas de clientes e utentes.

11.2. – Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2022 a rubrica de “*Fornecedores*” apresentava os seguintes saldos e maturidades:

(valores em €)

Fornecedores	2022	2021
Não corrente	-	-
Corrente	85.485,88 €	99.046,69 €
Fornecedores Investimentos	- €	- €
Outros fornecedores	85.485,88 €	99.046,69 €

(valores em €)

Dívidas por tipo de fornecedor	2022	2021
	- €	- €
	- €	- €
	- €	- €
Total Investimentos	- €	- €
Outros	85.485,88 €	99.046,69 €
Total Fornecedores	85.485,88 €	99.046,69 €

11.3. – Outros Devedores e Credores

Em 31 de Dezembro de 2022 a rubrica “Outros Devedores e Credores” apresentava os seguintes saldos e maturidades:

(valores em €)

Outros Devedores e Credores	2022	2021
Activo Corrente	90.154,39 €	233.736,62 €
Associados	5.414,50 €	6.105,50 €
NORTE-07-4842-FEDER-000211	15.494,88 €	86.603,62 €
CMBraga - OP2019	55.645,00 €	99.677,50 €
Outros	13.600,01 €	41.350,00 €
Passivo Corrente	808.043,45 €	759.022,08 €
Pessoal - Passivo Corrente - especialização	338.562,82 €	284.119,04 €
Pessoal - Subsídios	182.285,91 €	184.714,46 €
Dívida IEFPP/POEFDS	246.414,63 €	264.764,50 €
Outros	40.780,09 €	25.424,08 €

O valor que consta na rubrica de *IEFP/ POEFDS* corresponde a uma dívida apurada em 2006 no âmbito da auditoria à formação profissional co-financiada por essas entidades, tendo sido atualizado com juros já vencidos e apurados pela AT, dívida que já se encontra em fase de pagamento desde março de 2018.

O valor dos salários em atraso, foi também reclassificado no ano de 2018, tendo o montante global sido transferido da conta 2722 (utilizada para especialização do exercício através do acréscimo de gastos) para conta 231 (Pessoal).

11.4 – Financiamentos Obtidos

O valor constante na rubrica Financiamentos obtidos, resulta do empréstimo contraído junto do Banco Montepio Geral e aprovadas em Assembleia Geral.

Financiamentos obtidos	2022	2021
	Capital em dívida	Capital em dívida
Até um ano	50.000,00 €	- €
Entre um e cinco anos	250.000,00 €	250.000,00 €
Mais de cinco anos	- €	- €
Total	300.000,00 €	250.000,00 €

11.5 – Fundos Patrimoniais

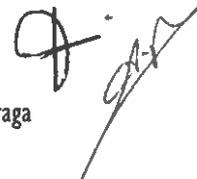
O valor do fundo social é de 1.965.548,83 Euros. Os valores incluídos na rubrica de Fundos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 são os que se seguem:

(valores em €)

Fundos Patrimoniais	2022	2021
Fundo Social	1.965.548,83 €	1.965.548,83 €
Resultados Transitados	- 384.371,10 €	- 467.714,90 €
Outras variações nos Fundos Patrimoniais	564.832,62 €	606.396,82 €
Resultados Líquidos do Período	23.969,50 €	83.343,80 €
Total	2.169.979,85 €	2.187.574,55 €

A rubrica outras variações nos Fundos Patrimoniais inclui o valor do subsídio do PIDDAC – Edifício dos Granjinhos, do Orçamento Participativo para financiamento da cobertura de Gualtar e Orçamento Participativo para requalificação do Lar de São Lázaro e ainda o financiamento do Programa NORTE2020 e ainda o financiamento do projeto de arquitetura de Esposende, e ainda o apoio adicional de 40.000,00 da CM-Braga.

Na rubrica Resultados Transitados foi incorporado o Resultado Líquido do exercício de 2021.



12. OUTRAS INFORMAÇÕES

12.1. – Acréscimos e diferimentos

Tal como referido na Nota 3 acima, a instituição obedece ao princípio de especialização do exercício.

Assim, estão reconhecidas no Balanço as seguintes verbas de acréscimos:

Acréscimos de Gastos e/ou Rendimentos	2022	2021
Activo	- €	32.487,53 €
Gastos diferidos	- €	10.698,71 €
Acréscimos de rendimentos	- €	21.788,82 €
Outros (gastos diferidos)	- €	- €
Passivo	348.179,73 €	327.130,22 €
Acréscimo de gastos (Incluídos em outras dívidas a pagar)		
Remunerações a Liquidar em (dívida corrente)	338.562,82 €	284.119,04 €
Outros acréscimos de gastos	9.616,91 €	17.011,18 €
Rendimentos a reconhecer		
Outros rendimentos diferidos	- €	26.000,00 €

- Os outros acréscimos de rendimentos representam o valor relativo ao encerramento da medida MAREES até 31/12/2021.
- Os valores das “Remunerações a Liquidar – férias e subsídios férias a vencer” referem-se ao mês de férias e subsídios de férias vencidos em 2022 a serem pagos em 2023.
- Os outros acréscimos dizem respeito a faturas rececionadas em janeiro de 2023, cujo gasto diz respeito, total ou parcialmente ao exercício de 2022.

12.2. – Fornecimentos e serviços externos

A conta de Fornecimentos e Serviços Externos subdivide-se nas seguintes rubricas em 31/12/ 2022:

(valores em €)

Rubricas	2022	2021
Subcontratos	36.506,42 €	120,00 €
Serviços especializados	120.470,09 €	136.869,17 €
Trabalhos especializados	41.187,22 €	45.735,26 €
Honorários	23.253,50 €	23.857,10 €
Conservação e reparação	53.367,88 €	51.796,40 €
Outros	2.661,49 €	15.480,41 €
Materials	32.887,28 €	43.916,37 €
Energia e fluidos	148.723,84 €	168.197,91 €
Eletricidade	49.256,90 €	71.683,32 €
Combustíveis	74.468,67 €	77.850,68 €
Água e outros fluidos	24.998,27 €	18.663,91 €
Deslocações, estadas e transportes	9.315,99 €	8.065,80 €
Serviços diversos	87.587,14 €	84.970,27 €
Rendas	1.997,16 €	3.131,44 €
Comunicação	17.383,38 €	13.096,16 €
Seguros	11.453,60 €	15.754,39 €
Contencioso e notariado	2.662,11 €	1.603,84 €
Limpeza, higiene e conforto	48.892,34 €	46.949,66 €
Outros (inclui desratização, desinfeção, medicação, roupa e calçado)	5.198,55 €	4.434,78 €
Total FSE	435.490,76 €	442.139,52 €

12.3. – Gastos com pessoal

O saldo da conta de gastos com o pessoal subdivide-se nas seguintes rubricas em 31/12/2022:

Rubricas	2022	2021
Remunerações do pessoal	1 968 315,48 €	1 943 168,13 €
Encargos sobre remunerações	435 559,13 €	383 790,61 €
Seguros de acidentes no trabalho	17 187,58 €	20 998,24 €
Indemnizações	- €	2 043,87 €
Medicina HST	3 156,19 €	3 696,94 €
Outros	14 924,27 €	- €
TOTAL GERAL	2 439 142,65 €	2 349 610,05 €

12.4. - O número médio de empregados

O número médio de empregados ao serviço ao longo do ano e o número nos períodos findos em 31/12/2022 apresenta os seguintes valores:

	2022	2021
Nº médio de empregados do período	155	147

12.5. O número médio de utentes

O número de utentes em 31 de dezembro de 2022, bem como os valores dos acordos com a Tutela, apresentam os seguintes valores:

ACORDO	Nr. UTENTES	Média Mensal-2022	Nr. UTENTES	Média Mensal-2021
CACI - Gaitar	45	29.577,52 €	45	26.086,64 €
CACI - Lomar	30	19.611,71 €	26	16.139,56 €
CACI - Vila Verde	38	24.453,63 €	38	21.644,16 €
CACI - Esposende	30	15.929,92 €	30	17.103,12 €
CACI - V.N. Famalicão	60	39.238,35 €	60	34.783,77 €
Lar - Lomar	20	26.936,52 €	20	23.442,97 €
Lar - Fraião	15	20.102,02 €	15	17.582,26 €
Lar - São Lázaro	14	18.947,12 €	14	16.410,16 €
TOTAL	252	194.796,79 €	248	173.192,63 €

12.6. – Outros Rendimentos e Ganhos/ Outros Gastos e Perdas

Detalhe da rubrica “Outros Rendimentos e Ganhos/ Outros Gastos e Perdas” em 31/12/2022:

(valores em €)

Outros Rendimentos e Ganhos	2022	2021
Rendimentos Suplementares	18.992,00 €	168.568,52 €
Donativos	186.923,68 €	81.424,62 €
Em Dinheiro	124.664,32 €	47.366,02 €
Em espécie	62.259,36 €	34.058,60 €
Restituição de impostos	86.226,95 €	
Imputação de subsídios p/ investimentos	12.209,20 €	12.209,20 €
Outros	99.327,46 €	33.707,01 €
Total	403.679,29 €	295.909,35 €
Outros Gastos e Perdas	2022	2021
Impostos Diretos e Indiretos	1.794,79 €	2.204,02 €
Descontos Pronto Pagamento	- €	27,00 €
Quotizações	420,00 €	1.467,05 €
Outros	56.958,35 €	14.201,72 €
Total	59.173,14 €	17.899,79 €

12.7. – Juros e Gastos Similares

Juros e Gastos Similares	2022	2021
Juros	37.863,52 €	3.176,75 €
Total	37.863,52 €	3.176,75 €

12.8. – Estado e outros entes públicos

Detalhe da rubrica “Estado e Outros Entes Públicos” em 31/12/2022.

(valores em €)

Rubricas	2022	2021
Imposto sobre o valor acrescentado	- €	483,92 €
Total Ativo	- €	483,92 €

Rubricas	2022	2021
Imposto sobre o valor acrescentado	- €	- €
Contribuições para a Segurança Social	306.934,07 €	260.919,34 €
Retenções na fonte	1.195,00 €	17.575,51 €
Outros	30.639,78 €	2.036,38 €
Total Passivo	338.768,85 €	280.531,23 €

Os valores incluídos nesta rubrica referem-se a saldos correntes a liquidar relativas às remunerações de dezembro e subsídio de Natal, o restante a ser pago num plano de pagamento prestacional, acordado com a Centro Distrital de Segurança Social de Braga, em virtude dos constrangimentos de tesouraria resultantes dos prazos de conclusão das obras, bem como dos prazos de recebimento dos financiamentos acordados (NORTE-2020, CM-Braga e restituição de 50% do IVA de que beneficiam as IPSS's.).

13. GARANTIAS

Existem bens do ativo fixo tangível da APPACDM dados como hipoteca para garantir as obrigações junto da AT e IEFP. Os bens dados como garantias são os seguintes:

- O imóvel de São Lázaro está onerado a favor da AT, por contrapartida do acordo de pagamento da dívida ao IEFP.
- O empréstimo junto do Montepio Geral, não tem qualquer garantia real associada, tendo por base uma sociedade de garantia mútua.

14. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Informação requerida pelo DL 411/91: Regime jurídico da regularização de dívidas à Segurança Social:

A instituição tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social.

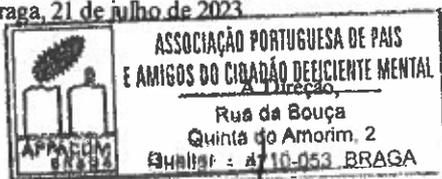
15. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela Direção e autorizadas para emissão em 21 de julho de 2023. Entre a data das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão, não ocorreram factos relevantes que justifiquem divulgações.

16. OUTRAS DIVULGAÇÕES

A direção propõe que o resultado líquido positivo do período no valor de 23.969,50 euros seja transferido para resultados transitados.

Braga, 21 de julho de 2023



O Contabilista Certificado,

CONSELHO FISCAL – ACTA N. 28

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL DE BRAGA
Instituição Particular de Solidariedade Social, Pessoa Colectiva de Utilidade Pública, D.R. III
Série nº 206, de 06 de Setembro de 2000
Rua da Bouça, 2 – Gualtar - BRAGA
4710-053 BRAGA – NIF: 504 646 702

Ao vigésimo primeiro dia de Julho do ano de dois mil e vinte e três, pelas quinze horas, deu-se início à reunião do Conselho Fiscal da APPACDM. Esta reunião decorreu presencialmente na sede da Associação, em Braga, o Conselho Fiscal da APPACDM de Braga.

Estiveram presentes pelo Conselho Fiscal na reunião:

- o Presidente, Bruno Silva;
- o 1º Vogal, Ezequiel Ribeiro;
- a 2ª Vogal, Natália Macedo.

Convidados a participar em partes dos trabalhos:

- o Presidente da Direção da APPACDM, Dr. Bruno Ramos;
- a Tesoureira da Direção da APPACDM, Gorete Barros;
- o Responsável de Contabilidade da APPACDM, Dr. César Reis;
- o Revisor Oficial de Contas da APPACDM, Dr. José Carlos Matos.

Ordem de trabalhos:

1. Apreciação do Relatório e Contas do ano de 2022.

Nota Introdutória

Decorridos mais de 49 anos da sua criação, a APPACDM - Braga tem ao longo deste seu quase meio século de existência ajudado centenas de utentes no distrito. É importante seguirmos o trilho do seu fundador, Félix Ribeiro, dotar a APPACDM de estruturas materiais e humanas, e continuar a apoiar a quem a nós se recorre, em especial, nos domínios educacional, social, ocupacional e residencial da pessoa com deficiência, promovendo uma maior autonomia e qualidade de vida deste numa relação de parceria com as sua família e comunidades envolventes.

É esta a responsabilidade da resposta social APPACDM.

Início dos trabalhos:

O Presidente, Bruno Silva, deu início à reunião agradecendo a presença dos presentes ao se apelo e rematando com um breve contexto do que iria ser a ordem trabalhos da presente reunião, ponto único.

A reunião decorreu dentro dos trâmites normais e somente se lamentou a ausência/desaparecimento de vários elementos indispensáveis para o irrefutável apuramento de situações transatas a estes novos órgãos.

Em sequência do articulado acima e em consonância com o disposto nos Estatutos da APPACDM, artigo 53, alínea c), este Conselho Fiscal, aos assuntos tratados, e correspondentes procedimentos e deliberações, determina:

CONSELHO FISCAL – ACTA N. 28

Assunto tratado	Deliberação
<p>▪ Relatório e Contas, ano 2022.</p> <p>▪ Relatório e Parecer do Conselho Fiscal.</p> <p><u>Senhores associados:</u></p> <p>Em cumprimento dos Estatutos da APPACDM de Braga, vem o Conselho Fiscal relatar a atividade que desenvolveu e apresentar-vos o seu parecer relativamente ao Relatório e Contas do exercício de 2022, apresentados pela Direção e referentes ao período compreendido entre 01/01/2022 e 31/12/2022.</p> <p>Tomando a palavra, o Presidente referiu que, nos termos dos Estatutos da APPACDM de Braga deve o Conselho Fiscal pronunciar-se sob a forma de Parecer, sobre os documentos a apresentar em Assembleia Geral aos Associados.</p> <p>Assim, analisando o Relatório e Contas do exercício de 2022 apresentado pela atual Direção e na presença da nova entidade de contabilidade e de um novo revisor oficial de contas, verifica-se que os resultados refletem de forma verdadeira a realidade económica da APPACDM. Apesar das dificuldades e constrangimentos com que se depararam no transato ano, verificou-se que foi possível obter um resultado positivo de 23.969,50€. As várias rubricas apresentam valores em linha com os exercícios anteriores, e os gastos com o pessoal (com os 155 trabalhadores da instituição) continuam a ser a rubrica mais significativa, e no entender deste Conselho Fiscal, é claramente excessiva, representando 73,29% do total de gastos e perdas. Ao que acresce outras igualmente muito relevantes como a dívida herdada ao IEFP de 575.000€, atualmente de 264.764,50€ e que findará em 2025.</p> <p>A preocupação deste parecer pelo Conselho Fiscal é a sua capacidade de tesouraria “Cash Flow” e perante esta demonstração de resultados e fluxos de caixa e com o escrutínio minucioso do balanço (dos ativos correntes e não correntes, fundos patrimoniais e passivos), o balancete mostra-nos que a APPACDM tem muito pouca margem de manobra, já que tem receitas atualmente inferiores ao encargos médios mensais que são superiores a 300.000€.</p> <p><u>Recomendações</u></p> <p>Propormos à Direção da APPACDM:</p> <ul style="list-style-type: none">➤ Se candidatar a projetos bem estruturados do PROCOOP (Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Resposta Sociais), do INR (Instituto Nacional para a Reabilitação) e ao quadro comunitário do 2030;➤ Alargar horizontes pela angariação de “Patronos” através do Mecenato Social que permite um conjunto de incentivos fiscais no sentido de estimular as empresas e os particulares a efetuar donativos a favor da nossa APPACDM, conforme previsto no artigo 2º da Lei do Mecenato;➤ Elaboração de Manuais de Procedimentos uniformes e de total encontro às reais necessidades de toda a estrutura da APPACDM de forma a agilizar/desbloquear processos;➤ Proceder na APPACDM a um levantamento exaustivo das necessidades materiais e humanas para o eficiente funcionamento das suas respostas sociais e em caso de necessidade reestruturar a sua dinâmica organizacional, quer na disposição das áreas e hierarquias dos cargos e funções;➤ Fazer um estudo no mercado por forma a se fazer a escolha acertada do software que vá ao real encontro das necessidades da instituição e permita: (<i>exemplo de partida “My Senior”</i>)<ul style="list-style-type: none">○ Fácil utilização, registos feitos por todos os colaboradores de forma prática e intuitiva;	<p>Aprovado por unanimidade.</p>

CONSELHO FISCAL – ACTA N. 28

- Facilitar o trabalho de organização e controlo, o acesso a vários indicadores que facilitam assim a organização do trabalho e das equipas;
- Poupança de tempo, estando tudo num só local e disponível sempre que necessário;
- Comunicação eficaz, com passagem de informação rápida e sempre atualizada;
- Permite redução de custos.

Erros do passado

- Nesta análise minuciosa e munidos com os elementos possíveis ao dispor da nova estrutura eleita vem este Conselho Fiscal dar voz aos órgãos da Direção e Assembleia Geral da APPACDM, assessorados por uma nova entidade de contabilidade e de um novo revisor oficial de contas. É com profundo desassossego que deparamos com várias situações impensáveis a quem se propõe a sufrágio e sendo eleito a gerir a instituição que rege a vida dos nossos utentes/clientes e seus familiares, dos seus trabalhadores e dos seus/nossos associados. Quase meio século de vida se passou, somente a nove meses de a APPACDM completar 50 anos de história, alertamos que muito há ainda a fazer, e neste sentido, é muito urgente uma grande intervenção nesta instituição. Preocupa-nos em especial, a rubrica referente aos Ativos Fixos Tangíveis. É entendimento deste Conselho Fiscal um maior controlo e apuramento real dos bens da APPACDM. E interroga-se este órgão de o porquê de não se encontrar nada discriminado a estes ativos, não existe um cadastro. Como pode parecer normal aos elementos dos órgãos cessantes depois de estarem todos estes anos a gerir a instituição da APPACDM que queira parecer ser normal nada estar identificado. Esta anormalidade é uma deficiência brutal das contas da instituição, do seu garante, e esta amarga herança deixada e de muito difícil resolução vai exigir da APPACDM gastos extraordinários no seu processo (que deverá se solucionar faseadamente entre 3 a 4 anos). Numa primeira fase, a sua identificação. E posteriormente, mensurar (dar o seu valor).
- Outro grande erro e bem evidente já no mandato anterior, desengane-se quem ousa pensar ou até afirmar que se consegue gerir uma instituição com a importância social como tem a APPACDM vindo cá periodicamente, é preciso cá estar presente diariamente e lidar com a sua realidade quotidiana. A gestão da instituição assim o obriga, assim como o cumprimento de todo o Projeto Programa elaborado para ir a sufrágio e vencendo categoricamente em finais de Outubro último;
- Por fim, outro grande erro escrutinado do mandato anterior, foi a contratação dos serviços de contabilidade do Dr. J. Miguel Barbosa.

Anterior entidade de contabilidade da APPACDM

A contabilidade da APPACDM até 31.03.2023 esteve ao cuidado do Dr. J. Miguel Barbosa. Depois da sua saída foi contratada uma nova entidade para efetuar a contabilidade da instituição e nestes últimos meses o exercício apurado só muito dificilmente poderia ser mais devastador, e sem meias palavras, a anterior contabilidade foi de **uma desorganização tremenda**. Paralelamente, e por indicação deste anterior responsável da contabilidade concluiu-se que foi muito arriscado mudar o Programa de Contabilidade existente na instituição. Na verdade, nem foi audaz, foi irresponsável, foi totalmente imprudente investir num software desconhecido. E este novo software para além de ser ineficaz ao seu propósito (questão dos sócios, recibos, fornecedores), erradamente, a anterior direção pagou-o na totalidade à cabeça, 50.000€, quando as suas rubricas não estavam sequer devidamente desenvolvidas e o seu suporte mostrou-se inútil. A APPACDM utilizara até então o programa da Primavera que findava e passara o novo a ser da F3M. Esta nova direção após assumir funções e depois de familiarizada com este grande problema

CONSELHO FISCAL – ACTA N. 28

(berbicacho) ponderou perder parte do investimento, recorde-se 50.000€, e voltar ao software anterior, equacionando ficar deste novo software somente a rubrica de gestão dos lares. Não se percebe o porquê e quando só agora, passado tanto tempo deste investimento, se está a fazer ainda as primeiras integrações neste software, ainda por cima, tendo em conta a dimensão da APPACDM. Neste assunto, concluiu-se que houve uma clara regressão e se defraudou todas as admissíveis expectativas, não conseguindo o software incorporar até o momento actual grande parte das necessidades impreteríveis da instituição APPACDM.

Esclarecimento dos apoios a projectos

Após esta análise recente das contas da APPACDM é impreterível este Conselho Fiscal vir deliberar acerca de orçamentos participativos recentes e elucidar os seus associados. Primeiro, em 2020, a APPACDM candidatou-se com um projeto na área da solidariedade e coesão social para a sua valência de São Lázaro, ficando na 8ª posição, com 505 votos, e tal facto, permitiu arrecadar 55.645€, bem longe dos tão propagados 85.000€ pela anterior direção aos seus associados em Assembleia Geral; em 2019, havia-se conseguido apoio participativo na mesma área para a valência de Gualtar de 85.000€. Segundo, estas duas candidaturas têm em comum o facto de a segunda faltar receber 27.822,50€, e a primeira, o valor total, os tais 55.645€; perfazendo um valor total a receber de 83.467,50€, e que só foi descortinado com o recente apuramento de contas. Não têm estes órgãos sociais recentemente eleitos e em gestão, elementos que possam atestar que a anterior direção tenha requerido a transferências dos valores a haver. São 83.467,50€ perdidos e que a APPACDM muito precisa.

Necessidades de Tesouraria

Perante tão desorientada gestão dos órgãos sociais recentes e perante, por um lado, da necessidade de a instituição APPACDM dispor de um bom fundo de maneio crucial ora para poder se recorrer numa possível candidatura do quadro comunitário, ora outras imprevisíveis urgências, a Direção da APPACDM com o aval da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal, avançou com a subscrição de uma linha de crédito junto do Banco Montepio com taxas muito atrativas, no montante de 500.000€.

Recomendações finais à atual Direção

Apesar do maior rigor de gestão que reflete a maior estabilidade que se vive atualmente na instituição, há muito trabalho pela frente. A APPACDM tem uma enorme responsabilidade social e é seu dever ser a referência primeira no apoio ao cidadão deficiente mental no distrito, não descortinando outras possíveis fontes de receita, como a abertura de uma loja para venda publica de produtos produzidos pelos nossos clientes, assim como apostar na formação profissional dos mesmos.

A Direção, apesar das naturais dificuldades que se apresentam, deve, contudo, monitorizar de forma cuidada a evolução das necessidades quotidianas, continuar no reforço necessário do controlo rigoroso dos gastos e despesas no seu mandato e implementar medidas de contenção e sensibilização que permitam cumprir as metas estabelecidas.

A APPACDM deverá ainda se focar em fazer um estudo de como potencializar todas as suas valências, património e demais recursos.

Assim, perante o exposto o Conselho Fiscal é favorável à aprovação do Relatório e Contas para o exercício de 2022.

CONSELHO FISCAL – ACTA N. 28

Por último, o Conselho Fiscal, quer deixar uma palavra de apreço pela confiança demonstrada pelo empenho dos seus colaboradores, pais de utentes e associados nestes órgãos sociais recentemente eleitos e que tudo farão para levar a bom porto a missão de que foi incumbida. Apelamos igualmente, a um envolvimento ainda mais ativo de todos na vida da nossa APPACDM.

PELO CONSELHO FISCAL DA APPACDM

**O PRESIDENTE,
BRUNO SILVA**

Bruno Manuel de Costa e Silva



**APPACDM de Braga – Associação Portuguesa de Pais e
Amigos do Cidadão Deficiente Mental**

Certificação Legal das Contas

2022



Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reserva

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **APPACDM de Braga – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 3.702.278,03 euros e um total de capital próprio de 2.169.979,85 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 23.969,50 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na secção “Bases para opinião com reserva”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **APPACDM de Braga – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental** em 31 de dezembro 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reserva

Em 31 de dezembro de 2022 encontram-se reconhecidos na rubrica “Ativos Fixos tangíveis” 3.208.583,01 euros. A Entidade, não possui um cadastro do imobilizado nem outras fontes de informação relativas aos seus ativos que nos permitam validar os registos contabilísticos apresentados.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reserva.

Responsabilidades do órgão de gestão

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES



Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos efeitos (ou possíveis efeitos) da(s) matéria(s) referida na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 03 de agosto de 2023

Luis Miguel Damas & Associados – SROC, Lda.
representada por:

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'José Carlos Faria de Matos', is written over a horizontal line.

José Carlos Faria de Matos
(ROC n.º 1034 / CMVM n.º 20160648)

